

# A Língua Geral como Identidade Construída

*Maria Cândida D. M. Barros<sup>1</sup>*

*Luiz C. Borges<sup>2</sup>*

*Márcio Meira<sup>3</sup>*

RESUMO: A Língua Geral ou Nheengatu, de origem tupi, é analisada como um traço cultural brasileiro, historicamente apropriado por diferentes grupos sociais do país para fazer valer seus interesses. No período colonial focaliza-se a ação jesuítica, em que a Língua Geral é imposta aos índios como “língua de branco”; no século XIX, esta passa a ser vista como “língua brasileira” tanto na Cabanagem quanto no Romantismo intelectual; atualmente os povos indígenas do Rio Negro mantêm viva a Língua Geral como forma de preservação de sua identidade indígena.

PALAVRAS-CHAVE: identidade, língua tupi, política lingüística, Língua Geral, índios Baré.

## Introdução

A Língua Geral na Amazônia assumiu diferentes papéis ao longo da história da ocupação da região (séculos XVII-XX). Vamos tratar aqui de três

momentos históricos em que a Língua Geral foi considerada sucessivamente como “língua de branco”, na colônia, “língua brasileira”, no Império, e “língua de índio”, nas últimas décadas no Rio Negro.<sup>4</sup>

Na primeira situação, a Língua Geral é uma língua “construída” pelos brancos, a partir do tupinambá. Ou seja, o colonizador se apropria de um traço cultural do “outro” e o transforma num elemento-chave da ação colonizatória, impondo sua própria religião e seu modo de vida às diversas etnias nativas. Neste caso, a língua que era, originariamente, do “outro”, passa a representar e marcar a diferença da cultura do branco.

Na segunda situação, a Língua Geral é retomada pelos intelectuais brasileiros como um traço cultural típico e demarcador, no campo simbólico e ideológico, da originalidade cultural brasileira, objetivando estabelecer as diferenças entre a história brasileira e a europeia. Nesse momento, as elites intelectuais brasileiras tomam a Língua Geral, a língua do “outro”, como um recurso ideológico fundamental para a construção da identidade nacional brasileira, no século XIX. Neste caso, ela deixa de ser do “índio” para ser do “brasileiro”, que teria uma genealogia cultural diversa daquela do europeu.

Na terceira situação enfocada, inverte-se o raciocínio da primeira. O povo baré, do Rio Negro, hoje, adota a Língua Geral, outrora do “outro” branco colonizador, como sua própria. O objetivo é utilizar a Língua Geral como instrumento político de afirmação étnica, para fins de definir territórios culturais específicos, numa área caracterizada pelo multilingüismo.

Nosso interesse será contextualizar essas situações históricas a partir de um estudo de política lingüística, que inclui apontar algumas medidas da política indigenista oficial e a ideologia lingüística da época. Nas três situações enfocadas no texto existe uma mesma característica, qual seja, a de haver uma apropriação política do Nheengatu para fins de (de)marcação de diferenças entre grupos sociais distintos.

## **A Língua Geral como língua de branco**

[Os Nheengaíbas] não querem que [suas mulheres] falem a geral, senão a sua particular, porque não tenham ocasião de falar com os brancos, como eles dizem [Daniel, 1975:272].

A identificação da Língua Geral como a língua do colonizador, pelos Nheengaíbas, na passagem acima do jesuíta João Daniel, retrata a política lingüística colonial em vigor até o século XVIII, que institucionalizou o tupi como língua de contato entre o colonizador e os grupos indígenas, ainda que estes não fossem falantes dessa língua. Nheengaíbas (“língua ruim”) era a denominação para os grupos não-tupi, também conhecidos como tapuias.

Essa política consistiu em tornar obrigatório o uso do tupi como língua da conversão. Daniel retrata as formas de repressão utilizadas pelos jesuítas para obrigar o seu uso pelo índio.

Como porém as confissões dos tapuias por intérprete trazem consigo muitos inconvenientes, tem-se empenhado muitos missionários a deterrar-se este abuso [de não falar a língua geral], já com práticas, e já com castigos[...] tanto que já houve algumas, as quais o seu missionário mandou dar palmatoadas até eles dizerem “basta” ao menos, pela língua geral, antes se deixavam dar até lhes inchar as mãos e arrebentar o sangue, até que se resolviam a fazer, o que deviam logo, que era o falar a língua comum [Daniel, 1975:272].

A institucionalização de uma língua indígena como língua de contato não foi uma peculiaridade da colonização da Amazônia. Ela foi um estilo de política das missões religiosas tanto nas colônias espanholas como nas portuguesas, com o beneplácito da administração colonial. A Companhia de Jesus é um caso exemplar de aplicação desta política lingüística colonial em todos os lugares que atuaram entre os séculos XVI-XVII. Seu regimento

interno (*Ratio Studiorum*) considerava como dever dos missionários aprender a língua dos povos a catequizar (Madureira, 1927).

A política da Língua Geral baseava-se na idéia de que a “multidão e variedade de lingoas” era um impedimento à conversão (Araújo, 1799). Essa diversidade deveria ser reduzida a uma variedade só, “*la más comum y general que hablen y tratan todos los naturales de ella*” (Zavala, 1977:21).

Em decorrência desta política, materializou-se a expressão “*lengua general*” ou “língua geral” usada pela literatura colonial para tratar igualmente o Nahuatl, no México, o Quechua, no Peru, o Guarani, no Paraguai, ou o tupi, no Brasil. A expressão “língua geral” indicava não apenas a língua de uso mais extenso numa região, como também a ampliação compulsória do seu uso em grupos não-falantes dessas línguas. Os principais meios de difusão dessas línguas foram as missões religiosas. No Brasil, esta política existiu de forma mais intensa nas regiões cuja produção econômica dependia da mão-de-obra indígena, como São Vicente e o Grão-Pará.

Um dos sinais da Língua Geral colonial é ser fixada pela escrita através de catecismos, dicionários e gramáticas. Estes últimos, além de ser o instrumento de aprendizado da língua por parte dos missionários, foram a expressão maior da idealização da existência de uma língua homogênea, comum a todos.

A primeira gramática da Língua Geral no Brasil foi publicada em 1594, feita por José de Anchieta, jesuíta da região de São Vicente. A segunda é a de Luis Figueiras, publicada em 1621, e reeditada em 1687. A gramática de Figueiras marca a mudança de interesse, por parte dos jesuítas, das missões de São Vicente pelas do Norte. No século XVII, as missões em São Vicente estavam em decadência, enquanto as missões com maior população indígena e economicamente mais ativas estavam no Grão-Pará. Essa mudança ocorreu a partir do crescimento da exportação de especiarias desta região para Portugal, em substituição às ex-colônias portuguesas no Oriente.

O primeiro colégio jesuítico no Norte foi estabelecido com jesuítas vindos do Sul, “práticos” na Língua Geral (Almeida, 1860:239). A imposição do tupi no norte se deu através dos aldeamentos dirigidos, aldeias sob controle dos missionários e localizadas perto dos povoados portugueses. O trabalho indígena estava organizado, em grande parte, por meio desses aldeamentos. Eram compostos de diferentes grupos indígenas, às vezes contando cerca de “trinta a quarenta nações distintas não só nos nomes mas nas línguas” (Daniel, 1975:275).

Nos aldeamentos, a Língua Geral era usada na pregação religiosa de todos os índios, sem distinção de que língua falassem. A Geral era usada também na conversão dos índios escravizados, falantes de línguas “travadas”, que viviam nos povoados dos portugueses.

catecismo acabado se sentavão todos a ouvir uma pregação ou exortação, a qual se fazia na lingua geral dos Indios como também o catecismo, e orações eram compostas na mesma língua, e a dita exortação se acomodava sempre ao Evangelho [*Resposta ao capítulo...*, 1662:52].

Os jesuítas no Grão-Pará chamavam atenção para o multilingüismo na região. Antonio Vieira chamava o Rio Amazonas de uma nova Babel, com mais línguas do que aquela relatada na *Bíblia*. É nessa região que haverá o maior número de grupos tupinizados pela política da Língua Geral. Alguns autores, séculos mais tarde, citam como tupinizados, entre outros, os Tucanos, Deçanas, Ticunas, Paraguis (Barbosa Rodrigues), Katukina (Rio Embira), Teremembés (costa do Pará), Arakayu e Uaraguasu (norte do Amazonas) (Loukotka, 1950).

Esta política de institucionalização de uma língua indígena como geral foi parte de uma política indigenista colonial que estabeleceu a categoria de “índio”, que não existia no mundo pré-colonial. Índio era uma categoria supraétnica, reduzidas as diferenças dos grupos a um modelo único aplicado a toda a população indígena. A categoria de índio marcava a oposição entre o colonizador e o colonizado. Mantinha a alteridade cultural em

relação ao colonizador, porém sem recuperar o étnico, ou seja as especificidades próprias de cada grupo como unidade político-econômica.

Esta política também diferenciava os índios entre tupis e tapuias, entre a Língua Geral e as línguas travadas.

Todos os índios quantos há no Brasil, vemos que se reduzem a índios mansos e índios bravos [...] Aquela nação genérica de índios mansos [tupis] [...] falam aquela língua comum [...] A outra nação genérica é de tapuias. Desta afirmam muitos, que compreendem debaixo de si perto de um cento de línguas diferentes [Vasconcelos, 1977:110].

Até no governo do marquês de Pombal, a política da Língua Geral teve apoio da Coroa por meio de ajuda financeira para os colégios jesuíticos, que eram lugar de aprendizado do tupi pelos jesuítas europeus. Há recomendações da Coroa para que os missionários fossem “práticos na língua da terra”, condição para que fossem enviados às aldeias (Reis, 1940).

A administração colonial não tinha mecanismos próprios de aprendizado do tupi, o que levou que adotasse os missionários como intérpretes oficiais nas expedições de apresamento e “descimentos” de índios. Na segunda metade do século XVIII, o governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado, afirmava que a Língua Geral era mais usada do que o português pelos colonos (*Extracto dos pontos*, s.d.:204).

A partir dessa época, houve uma mudança na política indigenista, expressa no “*Diretório que se deve observar nas povoações de Índios*” (Andrade, 1978). Os aldeamentos dirigidos, restritos aos índios, foram transformados em povoados sob controle dos diretores dos índios e abertos aos colonos, passando a ser incentivados os casamentos mistos, antes proibidos.

A política indigenista pombalina no Grão-Pará procurou dar à Coroa maior controle sobre a população indígena, reduzindo o poder dos demais setores da sociedade colonial, em particular o dos jesuítas. A Companhia de Jesus acabou por ser expulsa de Portugal e de suas colônias. As mudanças políticas e econômicas ocorridas no período pombalino determinaram o fim da política de institucionalização do tupi, que durante mais de dois séculos tinha sido promovida pela Igreja em associação com a Coroa.

No bojo da política econômica de Pombal, que substituía os jesuítas no comércio de drogas do sertão, o português foi institucionalizado como língua de contato colonial, enquanto o uso da Língua Geral foi proibido.

Estava o vício [da língua geral] tão arraigado que me foi necessário dar novas providências para atalhar o hábito que tinham feito esses moradores do uso da sobredita língua, e principalmente os desta mesma cidade [Belém] e seus subúrbios [Mendonça Furtado 1759, Cortesão, 1972:24].

A centralização de poder nas mãos da Coroa procurava a institucionalização do português como língua de contato, acabando com a intermediação dos missionários na interação com os índios, através do tupi. O interesse na nova política lingüística consistiu em permitir a maior interação entre os setores comerciais e os indígenas.

Pela nova orientação, o português deveria ser difundido pelos portugueses com cargo público nos novos povoados, principalmente os Diretores dos Índios, que tinham entre suas funções a criação de escolas nas povoações, com objetivo de ensinar o português. As escolas deveriam ter o salário dos mestres pagos com recursos dos índios (Eschwege-Weimar, [1818] 1946).

Vários tipos de sanções foram estabelecidos para as pessoas que falassem a Língua Geral. O tipo de penalidade estava determinado segundo o grupo social.

e para esto [o português] se estabelecer naquele Estado com facilidade he necessario que V. Magestade o mande praticar somente com cominação de que o contrário fizer usando a lingua chamada geral o que constava por devassa todos os annos pelo primeiro labéo pague à Fazenda Real dos mil reis, pelo segundo quatro, e pelo terceiro seja excluido daquelle estado sendo pessoa branca, e sendo indio, mameluco, cafuz, mulato, ou preto se lhe mande dar cincoenta açoites na praça pública, por exemplo e chegar a notícia de todos. E sendo pessoa eclesiástica, secular ou regular, terá pena que a sua majestade parece conveniente [*Extracto dos pontos...s.d.:204*].

O tupi foi retirado dos nomes das missões que deveriam receber nomes de cidades portuguesas. Foi quando surgiram na Amazônia os povoados com os

nomes de Óbidos, Alter do Chão, Santarém, entre outros. Para o período pombalino, a Língua Geral se tornou uma diabólica “invenção” dos jesuítas (Diretório dos Índios, 1759). A política da Língua Geral se tornou emblemática da crítica de Pombal aos jesuítas como desejosos de formar uma teocracia na colônia, por não terem usado o português na conversão.

Elles [os jesuítas] cuidavam muito em que os índios ignorassem a língua portuguesa, e não tratassem com branco; de sorte que até o Padre Vieira o recomenda assim no capítulo da visita que fez, aprovada pelo Padre geral [São José, 1845:104].

## **A Língua Geral como língua brasileira**

### **O índio romântico**

A questão indígena revestiu-se, durante o Romantismo, de uma idealização do índio. Esta idealização, obviamente, apresenta ligação com um processo que já vinha desde o período colonial, de redução do índio, como categoria étnica, histórica, social, a uma categoria genérica, tratado como entidade etnicamente indiferenciada, para os fins de colonização/catequização.

Deste modo, ainda que o elemento indígena esteja presente nas preocupações românticas (na literatura e no pensamento científico da época), em nenhum momento se trata do índio considerado como agente social. Sobre a política indigenista deste período, Preziosi (1991:3) afirma: “A política indigenista do II Império, apesar do Romantismo da época, que exaltava a figura do índio, não tinha nada de romântica (...) O Brasil ideal e romântico esteve sempre muito longe do Brasil real”.

É a busca pelo originário que justifica a presença do elemento indígena

nas obras e no pensamento romântico. No entanto, o índio que se configura no imaginário dos românticos não representa o índio, enquanto agente histórico. Trata-se antes de um elemento ficcional cujo valor advém do passado distante e irrecuperável, como convém ao mito e ao ideal de identificação com o elemento colonizador que subjaz no imaginário nacional.

Por outro lado, esse índio romântico atua como elemento legitimador da nacionalidade emergente (Barros, 1990) como o fundamento, como o antepassado (mistificado e fetichizado) indispensável à construção do presente. A contradição que se instaura nesse movimento de busca do passado para justificar e legitimar o presente resulta, no interior do próprio modelo romântico, de necessitar afirmar o indígena, enquanto passado heróico, e negá-lo enquanto agente histórico que desempenha um papel no presente nacional. A respeito da contradição entre o real e o ideal, como um dos traços definidores do Romantismo, Lefebvre (1969:260) observa: “O romantismo não aparece pois somente como contradição, mas como uma explosão de contradições emaranhadas, desiguais em profundidade e em consciência, umas objetivas, outras subjetivas”.

Acreditamos que seja essa uma das causas que levam a obliterar o índio enquanto componente étnico para a formação da nacionalidade real, a qual deveria ser engendrada com a importação de brancos europeus, conforme indica Vivadi Moreira na introdução de 1975 a *O Selvagem*, de Couto de Magalhães. Neste sentido, se a identidade nacional voltava-se para a Europa, como a matriz fornecedora do que Castoriadis (1982) denomina de traço identitário, nela, por conseguinte, não haveria lugar para os índios.

O apagamento do índio específico e a sua paulatina transformação em índio genérico, e, portanto, em categoria assimilável pela sociedade brasileira, encontram no tapuio a sua manifestação física e cultural por excelência. O tapuio é o produto do processo de transformação cultural dos índios que, através dos descimentos e da ação catequizadora, objetivou homogeneizar a diversidade étnica e lingüística dos índios missionados (Moreira Neto, 1988).

## A Língua Geral no Romantismo

O interesse pela Língua Geral como objetivo de estudo só volta a aparecer no século XIX, impulsionado pelo nacionalismo romântico, uma vez que, entre 1750 e meados do século XIX, não há estudos dessa língua (Edelweiss, 1969). Neste período surgem vários trabalhos produzidos por viajantes naturalistas, por autoridades eclesiásticas, por autoridades militares e intelectuais. O interesse intelectual pelo estudo das línguas indígenas, em particular pelo tupi, surge como área auxiliar dos historiadores e literatos. Os trabalhos de Gonçalves Dias e de Couto Magalhães a respeito da Língua Geral são tomados como exemplos da produção intelectual desta época no campo da lingüística indígena.

A língua tupi passa, devido ao papel que o tema indigenista exercia na formação de uma história particular para o Império brasileiro, a ser mais importante do que as línguas clássicas para o projeto do Império. O historiador Varnhagem, em sua *História Geral do Brasil* (1975:310), diz: “A antiga língua da terra é de muito mais importância do que o estudo do grego ou de outra línguas sábias”. Esta atitude, contudo, jamais significou conceder ao índio do presente qualquer tipo de relevância.

Houve uma influência do nacionalismo alemão nesse surto de recuperação do tupi na historiografia brasileira. Essa influência pode também ser atestada nas demais áreas de produção romântica. O naturalista alemão Karl F.Ph. von Martius, em seu artigo “Como escrever a História do Brasil”, premiado pelo IHGB, via como sendo o papel de uma historiografia brasileira manter a unidade da ex-colônia e de fazer surgir o patriotismo. Martius incluía o estudo do tupi como parte dessa historiografia.

O IHGB foi criado nessa época, tendo como uma das suas funções escrever a história oficial, e foi durante o Império a principal instituição de estudo das línguas indígenas, e em particular da Língua Geral.

## A Língua Geral e a Cabanagem

No Brasil o nacionalismo não se limitou ao estudo do passado indígena e à produção de uma literatura com características próprias. O sentimento nativista e nacional, na Amazônia, provoca a Cabanagem ou a Revolução Cabana (1834-840). As conseqüências dessa Revolução para a vida amazônica foram de tal monta que marcam uma nova fase na história dessa região.

As causas da Cabanagem estão associadas ao descontentamento dos “de baixo” em relação ao predomínio dos de “cima” no comando político e no controle da economia regional. De acordo com Di Paolo (1986), a Revolução Cabana emergia “como luta cultural e como luta armada entre o vértice étnico-social dominante e a base étnico-social dominada”.

Para entender as relações entre a Cabanagem e a Língua Geral basta examinar a composição étnica dos participantes desse movimento. O grosso das tropas cabanas era constituído por tapuios, mestiços, índios e negros. O contingente branco era, como aliás na própria composição étnica regional, mínimo. De acordo com Moreira Neto (1988), ainda no século XIX o tapuio era falante por excelência da Língua Geral. O segmento mestiço, também denominado de *caboclo*, era majoritariamente falante da Língua Geral. Os índios e os negros, além de suas línguas maternas, dependiam da Língua Geral para seus contatos com os demais segmentos, conforme atesta Freire (1983). Desse modo, o domínio da língua portuguesa restringia-se ao segmento branco, que, na estrutura interna da Cabanagem, detinha o comando da Revolução.

Essa relação entre a base e o vértice da Cabanagem não era de todo pacífica, uma vez que o encaminhamento dos objetivos da minoria branca e proprietária não necessariamente coincidia com os objetivos manifestos pela base. Moreira Neto (1988) cita vários casos de execução de cabanos,

condenados pelo comando revolucionário por terem esses pregado a libertação de escravos ou terem-se voltado contra seus senhores brancos.

Com a derrota da Cabanagem e com a perseguição sistemática a todos os participantes do levante e a todos os suspeitos (praticamente toda a população nativa), ocorre a aceleração do ritmo de esvaziamento demográfico da região. Esta depopulação, além de desestruturar quase que completamente a economia regional, produz um vazio lingüístico pelo desaparecimento de grande parte dos falantes da Língua Geral.

Para a reconstrução da região, tanto demográfica quanto econômica, o governo imperial lança mão de uma política de imigração que carrega para a Amazônia contingentes de nordestinos, falantes monolíngües do português. Houve também um incremento de descimentos indígenas, com consequências desastrosas para essas populações. É preciso não esquecer que, na Amazônia, o trabalho escravo negro, em que pese a sua existência, perde em importância para a mão-de-obra indígena de que dependia largamente o processo produtivo.

Esses dois fatos associados, a eliminação de parte da população nativa da Amazônia falante de Língua Geral (os tapuios e uma considerável maioria de caboclos, a que se acrescentam os índios e os negros) e a sua substituição por nordestinos, explicam algumas das principais razões pelas quais a Língua Geral, a partir da segunda metade do século XIX, deixa de ser a língua materna da população amazônica colonizada. De igual modo, são esses dois fatos, complementados com as políticas de aportuguesamento da região, que vinham sendo implementadas desde o marquês de Pombal, que justificam a fixação, na Amazônia, da língua portuguesa.

## **Gonçalves Dias**

Gonçalves Dias levou o tema do indigenismo tanto para a literatura como para os estudos históricos e etnográficos. O interesse pelo indigenismo,

em Gonçalves Dias, não surgia da sua infância no interior do Maranhão, região onde habitava uma série de grupos indígenas, mas do seu contato com o mundo intelectual da corte e com as idéias românticas.

Como literato, escreveu uma série de poemas com o tema indigenista, sendo chamado no seu tempo de o “cantor dos índios” (Pereira, 1943:350). Na sua literatura encontra-se presente a concepção comum à época de que a língua tupi era a língua geral da população indígena do Brasil. Gonçalves Dias compõe um poema épico sobre os Timbira, um grupo da família Jê, utilizando-se de ritual e vocabulário tupis.

A língua tupi tinha importância para Dias como forma de manter a idiosincrasia do português brasileiro. Ele acreditava que a defesa do purismo da língua portuguesa era uma forma de lusitanismo. O tupi era determinante para a formação de um português brasileiro, como ele expressa numa carta escrita por volta de 1864.

Bom ou mau grado, a língua tupi lançou profundíssimas raízes no português que falamos e nós não podemos, nem devemos, atirá-las para um canto a pretexto de que a outros parecem bárbaras e mal-soantes. Contra isso protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topografia. Clássico ou não clássico – Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes não têm outro nome. Se isso desagrade a Portugal é grande pena, mas não tem remédio [Pereira, 1943:329].

Como historiador e etnógrafo, Gonçalves Dias foi membro do IHGB, e presidente da seção de Etnografia da Comissão Científica formada em 1856 pelo imperador. No IHGB, ele teve a seu encargo algumas teses para ser estudadas, encomendadas por dom Pedro II. Um desses temas foi a comparação física, intelectual e moral dos índios de outras partes do mundo com os grupos indígenas do Brasil (Pereira, 1943:103). Desses estudos surgiu *O Brasil e a Oceania*, lido no IHGB em 1852.

A cronologia do indigenismo de Gonçalves Dias é comum à dos demais autores de sua época ao marcar dois momentos na história indígena: o passado de glória e o presente de decadência. Essa cronologia está presente na dicotomia criada nesta época entre o tupi antigo, da colônia, e o

tupi moderno, falado nas províncias do Norte. Tupi antigo e tupi moderno correspondiam à oposição entre tupi puro e tupi corrompido. A historiografia do Império tinha interesse no tupi da colônia, e considerava o tupi moderno como uma língua corrompida. Martius chama o Nheengatu falado na Amazônia de filho artificial do tupi, ou uma invenção dos jesuítas (Sympson, 1877). Desta maneira, os falantes da Língua Geral, na região amazônica, não compunham o quadro da Língua Geral legitimada, sendo preferido o estudo do material histórico.

Quando Gonçalves Dias viajou à região amazônica como membro da Comissão Científica do IHGB, ele assumiu o cargo de visitador das Escolas no Rio Negro e Solimões, a convite do Presidente de Província (Pereira, 1943:276). O diário de viagem de Gonçalves Dias (Pereira, 1943) mostra que a ação indigenista do Império girava em torno do inspetor dos índios, cargo organizador da mão-de-obra indígena e da escola. A escola deveria ser o lugar de ensino do português, em substituição à Língua Geral, posição do Império semelhante à política indigenista de Pombal no século anterior.

Gonçalves Dias fala da frequência irregular às escolas, com mestres improvisados, muitas vezes o vigário local. Os poucos alunos da escola eram motivo de disputa entre o subdelegado e o professor (Pereira, 1943:414). Os inspetores dos índios, encarregados de fazer censo e mapa, muitas vezes eram analfabetos: “Eis em que mãos anda a nossa polícia por estes centros” (*ibid.*:1943). Muitas vezes o inspetor era o único a falar o português, enquanto na sua casa fala-se a Língua Geral, “nem se sabe outra coisa” (Pereira, 1943:402).

Se como intelectual Gonçalves Dias dava prestígio à língua tupi, como “visitador” das escolas no Rio Negro e no Solimões foi contra o seu uso. Na qualidade de “visitador”, ele expressa um outro aspecto desse indigenismo, que era condenar o uso da Língua Geral em detrimento do português. A função da escola, para Gonçalves Dias, deveria ser o ensino do português.

A vantagem da frequência das escolas estaria principalmente em se desabituaem da língua geral, que fallão sempre, em casa e nas ruas, em toda parte [Gonçalves Dias, apud Alfaro, 1980].

Gonçalves Dias personifica a política lingüística imperial, em que a recuperação do tupi como tema intelectual não significava seu apoio à sua manutenção como língua de contato. Esta língua deveria ter um papel na história e nas letras, mas dever-se-ia acabar com seu uso entre os indígenas.

## **A contracorrente de Couto de Magalhães**

José Vieira Couto de Magalhães foi um misto de estadista, homem publico, escritor, explorador e cientista. Como homem de ciência enquadra-se no perfil dos naturalistas e viajantes do século XIX.

Como explorador excursiona pelo Rio Araguaia (1863), de onde recolhe vasto material para seus estudos. Enquanto estadista, não deixa de realizar explorações de reconhecimento territorial e de observação da composição étnica e das possibilidades econômicas de áreas então marginais. Dessas observações nascem as suas propostas de integração e exploração do trabalho indígena, além de suas obras de caráter histórico e antropológico.

O que caracteriza fundamentalmente uma posição anti-romântica de Couto de Magalhães com referência à questão indígena é a sua proposta de enquadramento do índio, histórico, como elemento produtivo no processo de formação e de desenvolvimento da sociedade brasileira, embora esta proposta tenha restrições quanto ao novo papel que estaria destinado aos povos indígenas. No sistema proposto por Couto de Magalhães, o índio estava destinado a ser o guardião das fronteiras, para garantir a posse da terra ainda não assinalada (ou pouco assinalada) pela presença da sociedade nacional; a participar como trabalhador na produção e na acumulação das riquezas, num processo de contínua integração à sociedade nacional.

Podemos dizer que Couto de Magalhães propunha uma nova conversão, visando integrar todos os grupos indígenas, culturalmente diferencia-

dos, a uma nova e única nação. Este novo processo de catequização deveria conferir aos povos indígenas uma nova identidade, imposta pelos padrões estabelecidos pela hegemonia europeizante que caracterizava a identidade nacional. Neste particular, a atuação de Couto de Magalhães insere-se no ideário romântico. São, no entanto, os meios e os instrumentos que ele propõe que o diferenciam, por exemplo, de postura adotada por Gonçalves Dias.

É esta singularidade política que alimenta o seu interesse pelo estudo das populações indígenas e da qual derivam as suas propostas. A valorização das populações indígenas, nas obras de Couto de Magalhães, está inextricavelmente associada a uma perspectiva pragmática e geopolítica da utilização do braço indígena para a ocupação e manutenção de vasta porção do território nacional.

## **O Nheengatu em *O Selvagem***

Esta obra foi encomendada pelo imperador dom Pedro II especialmente para figurar na biblioteca americana da Exposição Universal da Filadélfia, em 1876, por ocasião das comemorações do centenário da Independência americana.

Nela, Couto de Magalhães desenvolve um tratado acerca do nativo brasileiro, abordando-o etnográfica e lingüisticamente. No campo etnológico, este catálogo abrange desde as questões referentes ao aparecimento do homem americano até uma antologia de lendas, passando por aspectos de geografia e economia, descrevendo as áreas ainda pouco conhecidas do Brasil, e, até então, dominadas por grupos indígenas.

No campo da lingüística, apresenta uma classificação das línguas indígenas, dando ênfase especial à língua tupi. Faz parte do livro um *Curso da Língua Geral* destinado, dentro da proposta de Couto de Magalhães de aproveitamento geopolítico e econômico do elemento nativo, a servir como instrumento no processo de contato e neocatequização do índio.

A outra função do método era propiciar aos que lidavam com os grupos indígenas um material didático para, ensinando os índios a falar português, auxiliar a integrá-los à civilização nacional.

A política de catequese pela língua do outro, presente na obra de Couto de Magalhães, é, assumidamente por ele, herdeira da política colonial praticada pelos portugueses e pelos missionários, daí instituir um corpo de línguas que são os modernos agentes dessa catequese laica, pois, assenhoreando-se das línguas nativas e espalhando-as pelas aldeias, a eles caberia a missão de introduzir o índio na sociedade nacional, transformando-o em um cidadão útil e produtivo.

Coube a Couto de Magalhães ter batizado a Língua Geral com o nome de *nheengatu*, para referir-se à Língua Geral da Amazônia e para distingui-la do guarani. Afora Couto de Magalhães, Seixas, em 1853, no seu *Vocabulário da Língua Indígena Geral*, também se utilizou do termo *nheengatu* para denominar essa língua. Posteriormente, o termo se generaliza e é encontrado em diversas obras, como sinônimo de Língua Geral ou de tupi.

Sobre o uso da Língua Geral, Couto de Magalhães afirma que das muitas línguas indígenas faladas em território brasileiro esta é, seguramente, a de maior extensão territorial. Observa também que os segmentos populacionais que dominam a Língua Geral são os descendentes de índios, os mestiços e os negros ligados às ordens religiosas e que, na região do Rio Negro, a Língua Geral é mais falada que a língua portuguesa (Magalhães, 1975:30).

Couto de Magalhães concebe o *Nheengatu* como o tupi vivo, isto é, como uma forma atual, evoluída da língua tupi descrita por missionários como Anchieta e Figueira. Esta sua perspectiva a trata apenas como uma forma corrompida do tupi. Além disso, suas observações sobre a morfologia e a sintaxe da língua são igualmente precisas. Aponta a diversidade tipológica entre o *nheengatu* e o português ao evidenciar que essas línguas apresentam-se, quanto à estrutura sintática ou morfológica, como imagens invertidas de espelho.

Um outro ponto que diferencia Couto de Magalhães de outros autores que escreveram sobre a Língua Geral, como por exemplo, Gonçalves Dias, está no fato de ele ser falante da língua, tendo-a aprendido em suas andanças pelo Rio Araguaia. Além do que, para escrever o seu *Curso de Língua Geral*, contou com o auxílio de informantes nativos.

O *Curso de Língua Geral*, contido em *O Selvagem*, corresponde a um desejo de prestar uma contribuição prática para o conhecimento da Língua Geral enquanto língua viva de uma parte considerável da população amazônica. Embora destinado ao público em geral, visava principalmente à formação do corpo de línguas. Em sentido reverso, deveria servir como instrumento no processo de aculturação dessa mesma população, a quem estava destinada a tarefa de ocupar e tornar produtiva uma vasta extensão de terras.

## **A Língua Geral como língua de índio**

Toda a história de repressão cultural apontada em relação aos índios deve ser levada em conta, obviamente, como um fator de grande poder etnocida. Vale lembrar, porém, que tal processo não foi feito sem resistência, ativa ou “passiva”, da parte dos índios. A participação indígena na Cabanagem é apenas um exemplo de maior “visibilidade”. Muitos falantes de Língua Geral fugiram da repressão e se estabeleceram em lugares mais distantes e isolados, mantendo a língua viva, pois muitos já não falavam suas línguas indígenas maternas, passando a adotá-la, a partir daí. Nesse sentido, do ponto de vista político e cultural indígena, o uso da Língua Geral logo passou a representar um elemento de resistência, que se mantém até os dias atuais, no sentido da permanência de uma indianidade. Na Amazônia, o Nheengatu permanece como uma língua viva principalmente na bacia do Médio e Alto Rio Negro, onde há regiões e/ou comunidades onde a maioria da população fala somente a Língua Geral.

Nessa região, mais conhecida na literatura etnográfica como Noroeste Amazônico, o processo histórico de contato entre índios e brancos acar-

retou aspectos bastante interessantes, dentre eles a implantação e a permanência da Língua Geral entre as populações indígenas não falantes do tupi. Os índios do noroeste amazônico pertencem às famílias lingüísticas aruak, tukano e maku. O Nheengatu, nessa região, foi compulsoriamente introduzido e consolidado pelos Carmelitas, no século XVIII. Durante décadas, milhares de índios foram “descidos” dos altos rios, afluentes do Negro, como o Içana, Uaupés, Xié, Cauaburis etc, e realocados nos aldeamentos religiosos, povoações ou aldeias anexas às fortalezas militares, tais como São Gabriel e Marabitanas. Esta população indígena diversificada, pluriétnica, foi paulatinamente obrigada a aprender com os padres e comerciantes a Língua Geral.

Os primeiros povos a serem inseridos nesse processo, que já dura mais de 250 anos, foram inegavelmente os de fala aruak, que originariamente habitavam as margens do Rio Negro, desde a sua foz até suas nascentes, ainda em território colombiano. Trata-se dos Manau, aniquilados pelos portugueses na primeira metade do século XVIII, e dos Baré, atingidos violentamente pela escravidão e por epidemias que os reduziram consideravelmente (cf. Perez, 1988; Sweet, 1974; Meira, 1994). Desde o século XVIII e ao longo do século XIX, obrigados a trabalhar em obras militares e na extração de produtos da floresta, somaram-se aos Baré vários indivíduos de origem Werekena, Baniwa, Tukano, que, numa nova onda de “descimentos”, vinham para o Médio e Baixo Rio Negro trazidos por comerciantes inescrupulosos, que os exploravam nos seringais através do vil sistema do aviamento (cf. Tenreiro Aranha, 1907; Cruz, 1913).

Seguindo as altas e baixas da demanda internacional por produtos nativos (borracha, piaçava, balata, puxuri etc), muitos índios “descidos”, em tempos “magros” de comércio, conseguiam retornar aos altos rios, reencontrando parentes ou reconstruindo novas parentelas. A este fluxo e refluxo de gente correspondeu também uma maior difusão da Língua Geral, falada pela maioria dos trabalhadores que estavam em maior contato com os comerciantes brancos. Isso levou a Língua Geral até a Venezuela e a Colômbia, onde muitos desses índios passaram a se autodenominar e serem reconhecidos, até hoje, como “Yeral”.

Como consequência desse processo, do lado brasileiro a região do Rio Negro propriamente dito, nos seus trechos médio e alto, assim como o baixo curso dos Rios Xié, Içana e Uaupés, incluindo-se aí as cidades de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do rio Negro, possui atualmente uma população indígena bastante “misturada”. Em muitos casos essa população se autodenomina “nheengatu”. Recenseamentos realizados recentemente no Médio Rio Negro (Meira, 1991; Oliveira et alii, 1994) apontavam que nesta região vivem povos de origem Dâw e Nadëb (Maku), Baré, Baniwa, Tariana e Werekena (Aruak), Tukano, Desana, Piratapuia, Arapaço, Siriana, Wanana, Tuyuca, Carapanã, Kobewa e Juruti (Tukano), em mais de trinta comunidades e um número maior de sítios.

Essa população tem algumas características que a distinguem daquelas localizadas nos altos cursos dos rios Içana e Uaupés. Uma delas é justamente esse caráter de um povo que, em decorrência do processo histórico acima descrito, misturou-se entre si, como também com alguns elementos brancos, geralmente comerciantes, que ali chegavam solteiros e ameaçavam grande quantidade de mulheres indígenas, com as quais tiveram inúmeros filhos. Resultante fundamental desse amalgamamento histórico-social é o uso majoritário de uma língua franca, o nheengatu, um traço herdado por esses índios de sua condição colonial.

Um exemplo significativo desse aspecto naquela região é o do povo Baré (Aruak), pois foram estes que estabeleceram os primeiros contatos com a colonização. A presença atual de importante população baré às margens deste rio, entretanto, constitui-se num fato “novo”, pois durante algumas décadas estes foram considerados extintos. Mesmo um exímio etnógrafo como Eduardo Galvão, que esteve no Médio e Alto Rio Negro nos anos de 1951 e 1954, não constatou a presença deste povo naquela região, ou seja, ninguém, naquela ocasião, assumiu esta identidade. Atualmente os índios que se autodenominam baré, numa região recenseada no Médio Rio Negro (cf. Meira, 1991), somam cerca de 20,56% da população indígena total. Mais que demográfica, porém, a força dos Baré é política, pois

têm uma presença hegemônica no atual movimento indígena do Rio Negro, sendo inclusive um baré o atual presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN.

Nos últimos anos, mais precisamente a partir de 1987, os descendentes dos Baré recomeçaram a aparecer na cena política dos índios do Rio Negro, no bojo das lutas em relação ao reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição brasileira e também da demarcação do seu território. Nesse contexto, a Língua Geral falada por aqueles índios adquiriu um novo conteúdo político, no sentido de reafirmar uma identidade indígena “esquecida”.

Hoje, os Baré, que praticamente esqueceram sua língua materna, adotaram como sua “fala tradicional”, com a sociedade branca, a Língua Geral, da qual são antigos conhecedores, com um objetivo claro de diferenciação e afirmação étnica. Enquanto isso, aos seus vizinhos enfatizam, valendo-se da toponímia em língua baré, a certeza da imemorialidade do território compartilhado. No mais, festas de santos católicos como São Pedro, São João, em que se reza a ladainha ainda em latim, transmitida oralmente de geração em geração, desde que foi ensinada no século XVIII pelos carmelitas, são consideradas pelos Baré como traços “tradicionais” de sua cultura. Eis aí uma tripla utilização de uma “bagagem cultural” que incorporou até mesmo elementos externos à sua própria ancestralidade cultural, para estabelecer uma distinção com os grupos indígenas vizinhos e com os brancos.

No caso da Língua Geral, os Baré a utilizam como um dos recursos políticos de afirmação étnica, para fins de definição de “territórios” físicos e culturais específicos numa área pluriétnica e caracterizada pelo multilingüismo. Neste caso, há a característica dos Baré de, num nível mais amplo (“para fora”), marcar diferenças com os brancos, e no nível local (“para dentro”) definir sua posição em relação às outras etnias indígenas suas vizinhas. Em ambas as situações, a Língua Geral assume um papel diferenciador importante, na medida em que há até casos, como já citado, em que os Baré consideram-se a si mesmos como “nheengatu”, ou seja, uma identidade étnica “construída” a partir da própria língua falada pelo grupo.

No caso baré, como se observa, a Língua Geral passa a ter uma função crucial no processo de sua identificação enquanto grupo étnico, não importando se se trata de uma língua “importada”, ou mesmo se ainda reconhecem a sua própria língua, no caso da toponímia. O que vale, nas diversas circunstâncias políticas com que defrontam, é a atitude cultural na qual a língua tem um papel fundamental, de marcar uma diferenciação que simultaneamente os transforme e os mantenha baré, ou seja, um grupo distinto dos “outros”. Com referência ao que foi observado em relação aos baré, a particularidade é que a língua que serve de diferenciador, a Língua Geral, foi uma língua imposta, percorrendo, portanto, um caminho que abandonou o território do “outro” para se inserir na luta do “mesmo” pela garantia de sua singularidade étnica.

No período colonial, os jesuítas impuseram, a todos os povos indígenas aldeados, além de toda a parafernália cultural ocidental, a Língua Geral. Dessa forma, muitos povos não-tupi foram carregados para uma situação de imposição lingüística em que o uso dessa língua franca era obrigatório. A Língua Geral era, assim, um instrumento de controle e poder colonialista sobre os povos indígenas. O Diretório Pombalino promoveu, a partir de meados do século XVIII, no rastro da perseguição aos jesuítas, a repressão ao uso da Língua Geral, então falada pela maioria da população indígena e “tapuia” da Amazônia. A intenção então, em parte fracassada, era “aportuguesar” aquele poder, por razões estratégicas: ocupação e controle territorial e político. A reação à Cabanagem, no início do XIX, fez, pela via do genocídio, o que Pombal não conseguira: “apagou” a Língua Geral, matando a maioria dos seus falantes. Gonçalves Dias e outros autores românticos ensejaram a valorização de uma ancestralidade indígena brasileira através da Língua Geral, – embora na “vida real” os índios deveriam aprender o português e assim caminhar em direção à “civilização brasileira”. Couto de Magalhães enfatizou a necessidade de essa língua ser utilizada no processo “aculturativo” dos índios, num projeto geopolítico. Enfim, tudo levaria a crer que o século XIX teria acabado com o uso da Língua Geral, transformando-a apenas num dos signos da brasilidade?

O fenômeno de permanência da Língua Geral entre os índios do Rio Negro, acompanhado da transformação desses mesmos índios, que obviamente se transfiguram ao longo do processo, pode ser um exemplo da força que a raiz colonial impõe a certas facetas da cultura brasileira. Numa interpretação rigorosa de aspectos dessa cultura, que nesse caso nos ilumina, Bosi (1992:30-31) enfatizou que “em algumas de suas manifestações é possível não só reconhecer o lastro do passado como também entrever as esperanças do futuro que agem por entre os anéis de uma cadeia cerrada. A condição colonial, como o sistema, é reflexa e contraditória.(...) Há casos de transplantes bem logrados, enxertias que vingam por gerações e gerações, encontros afortunados; e há casos de acordes dissonantes que revelam contrastes mal resolvidos, superposições que não colam. De empatias e antipatias se fez a história colonial”.

## Notas

- 1 Pesquisadora do CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- 2 Pesquisador do CNPq/Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- 3 Pesquisador do CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi.
- 4 Este trabalho foi apresentado no “Colóquio sobre crioulos de base portuguesa e espanhola”, realizado em Brasília, de 3 a 6 de setembro de 1994. Um resumo do mesmo foi publicado em *Papia*, vol. 3, n° 2, 1994.

## Bibliografia

ALFARO, C.

- 1980 *Política lingüística, comunicação na mesa-redonda sobre “Linguagem, Educação e Ideologia”*, Sociedade Brasileira de Proteção à Ciência.

ALMEIDA, C.M. de.

- 1860 *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, cujo território comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*, Rio de Janeiro, Typographia do Commércio de Brito e Braga.

ANDRADE, A.A.B. de.

- 1978 *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, São Paulo, EDUSP/Saraiva.

ARAÚJO, D.

- 1790 *Chronica da Companhia de Jesus na Missão do Maranhão*, cópia manuscrita no IHGB.

BARROS, M.C.D.M.

- 1982 *Politica del lenguaje en Brasil colonial (1549/1759)*, México, Escuela Nacional de Antropología e Historia, tese de Mestrado.
- 1983 *Dois momentos da política lingüística colonial*, trabalho apresentado na 35ª reunião da SBPC, Belém.
- 1990 *Uma visão romântica do tupi*, Ameríndia, 15:85-94.

BORGES, L.C.

- 1991 *O percurso amazônico do nheengatu*, a ser publicado
- 1991 *A Língua Geral Amazônica: aspectos de sua fonêmica*, Campinas, IEL/UNICAMP, dissertação de mestrado.

BOSI, A.

- 1992 *Dialética da colonização*, São Paulo, Companhia das Letras.

CASTORIADIS, C.

- 1982 *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

*COLLECÇÃO DAS BREVES PONTIFICIAS e leyes regias, que foram expedidas e publicadas desde o anno de 1741, impresso na Secretaria de estado, por especial ordem de sua majestade*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

CORTESÃO, J.

1972 *Portugueses e índios no Brasil colonial*, São Paulo, Escola de Comunicação e Arte, série 5, Cultura Geral, 22.

CRUZ, O.

1913 *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do valle do Amazonas*, Rio de Janeiro, Min. da Agricultura, Indústria e Comércio.

DANIEL, J.

1975 "Tesouro descoberto no Rio Amazonas" *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 95 (2 vols.), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

*DIRECTÓRIO dos índios: direcção q com interinamente se devem regular os índios das novas villas*, 1759, cópia manuscrita, arquivo do IHGB.

DI PAOLO, P.

1986 *Cabanagem. A revolução popular da Amazônia*, Belém, CEJUP.

EDELWEISS, F.G.

1969 *Estudos tupis e guaranis. Confrontos e revisões*, Rio de Janeiro, Brasiliense.

ENCICLOPÉDIA ABRIL

1976 São Paulo, Abril, vol. 14.

ENCICLOPÉDIA BARSA

1987 Rio de Janeiro, Encyclopædia Britannica do Brasil, vol. 6.

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO

1963 São Paulo, Mérito, vol. 12.

ESCHEWEGE-WEIMAR, W.L.

1946 *Diário do Brasil ou notícias diversas acerca do Brasil, coligidas em viagens científicas*, 1818, tradução manuscrita apresentada por LAHMEYER D. Lúcia L, Arquivo do IHGB.

*EXTRACTO DOS PONTOS QUE CONTEM AS PROVIDÊNCIAS de que carecem os povos do Maranhão, acerca do governo temporal, político e econômico com que os Missionários administrarão aos índios do sertão, s.d., arquivo do IHGB.*

FREIRE, J.B.

1983 "Da 'fala boa' ao português na Amazônia brasileira", *Ameríndia*, 6:39-83.

LEFEBVRE, F.

1969 *Introdução à modernidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GALVÃO, E.

1979 *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

LOUKOTKA, C.

1950 "Les langues de la famille tupi-guarani", *Boletim CIV, série Etnografia e Lingua Tupi-Guarani*, nº 16, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes.

MADUREIRA, J.M.

1977 *A liberdade dos índios, a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados*, Imprensa Nacional.

MAGALHÃES, C. de

1975 *O selvagem*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP.

MARTIUS, C.F.

1865 "Como se deve escrever a história do Brasil", *Revista do IHGB*, VI: 389-411.

MEIRA, M.

1991 *Relatório antropológico: área indígena Baixo Rio Negro*, Belém, mimeo.

1994 (org.) *Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*, São Paulo, NHII-USP/FAPESP.

MOREIRA NETO, C. de A.

1988 *Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*, Petrópolis, Vozes.

OLIVEIRA, A.E. de

1983 "Ocupação humana", in SALATTI, E. et al. 1983, *Amazônia, desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo, Brasiliense/CNPq.

ORLANDI, E.P. & SOUZA, T.C.C. de

1988 "A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem", in ORLANDI, E.P. (org.), 1988, *Política lingüística na América Latina*, Campinas, Pontes.

PEREIRA, L.M.

1943 *A vida de Gonçalves Dias*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.

PEREZ, A.

1988 "Los bale (Baré)", in *Los aborígenes de Venezuela*, vol. III, Caracas.

PREZIA, B.

1991 "O preço da colonização", *Porantim*, 16 (138), suplemento 6(2).

REIS, A.C.F.

1940 *A política de Portugal no Vale Amazônico*, Belém.

*RESPOSTA AOS CAPÍTULOS QUE DEU CONTRA OS RELIGIOSOS da Companhia em 1662 o procurador do Maranhão, Jorge de São Paio*, arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RIBEIRO, D.

1970 *Os índios e a civilização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

RODRIGUES, A.D.

1986 *As línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola.

SÃO JOSÉ, Frei J.

1845 "Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará (1762-1763)", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2.

SEIXAS, Pe.

1853 *Manual justiniano de vocabulário da língua indígena geral para uso do Seminário Episcopal do Pará, Pará.*

SWEET, D.

1974 "A rich realm of nature destroyed: the Middle Amazon Valley", 1640-1750, PhD Dissertation, University of Wisconsin.

SYMPSON, P.L.

1877 *Gramatica da lingua brazilica geral fallado pelos aborigenes das provincias do Pará e Amazonas, Manaus.*

TENREIRO ARANHA, B.F.

1907 "As explorações e os exploradores do Rio Uaupés (continuação)", in *Archivo do Amazonas*, vol. I, nº 3, Manaus.

TODOROV, T.

1983 *A Conquista da América: a questão do outro*, Martins Fontes, São Paulo.

VARNHAGEN, F.A. de

1975 *História Geral do Brasil*, Melhoramentos/INL, São Paulo.

VASCONCELLOS, S. de

1977 *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, Petrópolis, Vozes/INL.

ZAVALA, S.

1977 *El castellano, lengua obligatoria?* SEP, Coordinacion de publicaciones, Promoción Editorial y Bibliotecas.

ABSTRACT: *Língua Geral*, or *Nheengatu*, of Tupian origin, is analyzed as a Brazilian cultural trait, which was historically developed and generated by different social and ethnic groups for purposes of communicating their interests. During the Brazilian colonial period, emphasis is placed on the Jesuit influence, whereby the *Lingua Geral* was imposed upon the Indians as the “language of the whites”; during the 19th century, *Lingua Geral* became known as a “Brazilian language”, both during the *Cabanagem* conflict in addition to being embraced by the Brazilian intellectual Romanticist movement. Today the indigenous peoples of the Rio Negro region maintain *Lingua Geral* as a means of preserving their cultural identity.

KEY WORDS: Identity, Tupi Language, Political Linguistics, *Língua Geral*, *Baré* Indians.

Aceito para publicação em novembro de 1995.